

Quando a ditadura entrou em campo

Jogadores e atletas vítimas da repressão entre 64 e 85 esperam revisão da história pela Comissão da Verdade

■ LARISSA ARANTES, MURILO ROCHA E THIAGO NOGUEIRA

■ Afonsinho, Nando, Reinaldo, Sócrates, Wladimir. Presentes nos álbuns de figurinhas e no imaginário dos torcedores de futebol de alguns dos principais clubes brasileiros durante as décadas de 60, 70 e 80, esses jogadores, e também alguns treinadores, como João Saldanha, figuraram na lista de subversivos durante aqueles anos de chumbo, entre 1964 e 1985. Hoje, à luz da Comissão da Verdade, a esperança dessa seleção de marginalizados e de seus familiares é, ao menos, tornar público como a ditadura interrompeu, de forma cruel e quase sempre silenciosa, trajetórias promissoras.

“Senti bem de perto o bafo da intervenção militar no futebol brasileiro. Mas não me arrependo de nada. Fiz a opção consciente”, conta Afonsinho, afastado do Botafogo em 1970 por Zagalho, sob a alegação de seu visual – barba e cabelos compridos – não condizer com o esporte.

A história de perseguição do habilidoso e politizado meia pela ditadura não foi um ato isolado durante aquele período, como mostra, a partir de hoje, uma série de reportagens de **O TEMPO**. Às vezes velada e em outros momentos explícita, a brutalidade do regime militar mirou o esporte como uma forma eficaz de divulgar sua propaganda e abafar qualquer ato de contestação.

“Os militares investiram pesado na incorporação de órgãos de gestão do esporte, fazendo a ideologia e os métodos deles se propagarem por esses meios. Eles ocuparam cargos estratégicos em confederações nacionais e federações regionais. Havia uma interferência direta”, atesta o doutor em história da Universidade Federal de São João del Rei (MG) Euclides Couto.

A Copa de 70, quando o Brasil conquistou seu terceiro título mundial, e inflados campeonatos nacionais a partir daquela conquista também se transformaram em um instrumento de despolitização da população em meio a um país em uma verdadeira guerra civil.

“O esquecimento, não se pode ter. A sociedade brasileira tem o direito de saber, conhecer sua história nos mínimos detalhes. Isso, a esta altura, se não suficiente, é um bom castigo”, opina o jornalista Juca Kfourir, sobre

a necessidade de a Comissão da Verdade recuperar casos ligados também ao esporte.

Alguns atletas prejudicados por adotarem posturas contra o governo militar desconhecem ainda hoje qualquer possibilidade de reparação por danos à vida profissional. “Durante a Copa de 78, quando mantive o gesto de protesto ao fazer o gol na primeira partida, comecei a ser boicotado, até ser sacado no terceiro jogo. A partir daí fui sempre perseguido, inclusive por parte da imprensa reacionária que apoiava os militares”, reclama o maior ídolo do Atlético-MG, o atacante Reinaldo. “Não sei como esses episódios podem ser reparados de alguma forma. O meu caso era mais simbolismo de uma resistência no esporte”, acrescenta, esquivando de comparar-se a militantes políticos presos, torturados ou até mortos pela ditadura.

Apesar de não ter dúvida sobre a perseguição também a esportistas no regime militar, a presidente do grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, Vitória Grabois, se mostra descrente com a possibilidade de os trabalhos da Comissão da Verdade, instaurada este ano pela Presidência, trazerem progressos na revisão daquele período. “É preciso que a comissão seja mais transparente e que ocorra, de fato, a abertura de todos os arquivos da ditadura”.

Minientrevista

Nilmário
Miranda

Conselheiro da
COMISSÃO DE ANISTIA

Dos 60 mil processos julgados pela Comissão de Anistia, quantos estão relacionados a atletas?

Apareceu pelo menos um caso de um jogador de futebol, o Nando Coimbra, irmão do Zico. Ele foi publicamente anistiado quando a comissão foi ao Ceará, onde o Nando jogou.

Além dele, você se lembra de algum outro caso de esportista analisado pela Comissão? Anistiado, foi só ele, muitos outros foram perseguidos. Tem o caso do Afonsinho, que era de oposição à ditadura, o Sócrates, que tinha claras posições democráticas e de esquerda, e também o Reinaldo, que participou da campanha das “Diretas Já”, por exemplo.

Há uma explicação para haver apenas um esportista anistiado?

Os atletas eram pessoas muito conhecidas e, caso fossem dura-

mente perseguidos pelos agentes de repressão, como foram muitos dos estudantes e civis, isso acabaria virando contra a ditadura. O regime sabia que não poderia correr esse risco.

Mas a ditadura acabou utilizando o esporte em benefício próprio, não é?

O esporte foi usado pela ditadura, sobretudo o futebol, na Copa do Mundo de 70, ano marcado pelo auge da repressão. O mundial foi usado descaradamente pelo regime para desviar a atenção e para justificar também a barbárie.

A Comissão da Verdade vai revelar o que atletas sofreram durante a ditadura?

O Estado tem obrigação de revelar a verdade, reparar moralmente e até financeiramente as vítimas da tirania. O processo agora é irreversível. O país está descobrindo que o direito à verdade é um direito irrenunciável.

“O Estado tem a obrigação de revelar a verdade”

Série de reportagens de **O TEMPO** mostra, a partir de hoje, os abusos do regime militar no esporte





Craque interrompido

Jogador, irmão de Zico, atuou no Plano Nacional de Alfabetização antes do golpe e, por isso, se tornou alvo dos militares

“O clima era hostil nos clubes. Os militares invadiram o esporte e, em alguns casos, só faltava as comissões técnicas usarem farda”

■ MURILO ROCHA

Fernando Antunes Coimbra, o Nando, carrega no sangue o DNA do craque de bola. Seu irmão caçula, Artur Antunes Coimbra, o Zico, é considerado o maior jogador da história do Flamengo e figura na lista dos grandes do futebol brasileiro. Antunes, o primogênito, e Edu, o irmão do meio, também encontraram dentro do gramado espaço para brilhar. O baixinho Edu, um habilidoso ponta de lança do América-RJ, esteve, inclusive, entre os selecionáveis para o esquadrão campeão do mundo, em 1970, na Copa do México.

“Tenho muito orgulho de ter três irmãos 'craques' de bola. Não tenho mágoa ao olhar para o passado, fico feliz por não ter prejudicado a carreira deles ao colocar um freio na minha”, revela hoje um resignado Nando, obrigado a abandonar o futebol aos 26 anos, após inúmeros episódios de perseguição política no Brasil e em Portugal.

Trabalhando como vendedor desde o fim precoce da carreira futebolística, ele é o primeiro e ainda o único esportista brasileiro a ser anistiado. O ex-jogador entrou com processo em 2003 tendo os direitos reconhecidos em 2010 pelo governo federal.

“Eu era estudante de filosofia em 1963 e fiz um concurso para ser professor no Plano Nacional de Alfabetização (PNA), idealizado pelo Paulo Freire e premiado mundialmente por fomentar um ensino crítico. Com o golpe de

64, o PNA acabou, e começaram a seguir quem atuou lá, por considerarem o projeto subversivo. Eu não imaginava continuar sendo perseguido no futebol”.

O primeiro ato contra Nando ocorreu em 66, quando ele já havia se profissionalizado no esporte e jogava pelo Santos, de Vitória (ES). “O treinador caiu, e assumiu um capitão do Exército em seu lugar. Uma semana depois, o presidente me chamou, lamentou por não poder fazer nada e me dispensou”, recorda.

No ano seguinte, já como atacante do Madureira, mesmo destacando-se no Carioca de 67, a situação se repetiu. “O diretor era ligado ao regime. Me chamou e disse: ‘você não pode mais jogar aqui’. Eu não queria acreditar na relação política, mas não existia outra explicação”, afirma.

INTERVALO. O único momento de recesso à pressão, segundo o atacante, ocorreu no ano de 68, quando foi contratado pelo Ceará para disputar o segundo turno do campeonato regional.

“No Ceará, o Nando estava longe do eixo de efervescência da guerra ideológica de Rio, São Paulo e Minas Gerais. Então, a distância diminuía a temperatura do combate” avalia Guilherme Rodrigues, diretor de marketing do Centro Cultural do Ceará Sporting Club, responsável pela edição do livro “Futebol e Ditadura”, no qual a história de Nando é contada.



Exceção. No Ceará, em 68, o atacante Nando (último agachado à direita) conseguiu ficar imune às pressões do regime

“Fui o primeiro federado da família, mas minha carreira só durou sete anos. Coloquei um freio para não prejudicar meus irmãos. Eles cortaram o Zico da seleção olímpica de 72 por minha causa”

7 anos

durou a carreira profissional de Nando. A estreia foi em 66 e o fim forçado em 1972.

▶ Copa de 70

A série “Quando a ditadura entrou em campo” retrata amanhã os bastidores ainda obscuros daquele torneio.

Pressão

Atleta viveu os piores dias em Portugal

As boas atuações pelo Ceará renderam ao atacante Nando uma proposta para ir jogar no Belenense, de Portugal. Em 1968, o país ainda estava sob o regime ditatorial do Estado Novo. “Lá, foi uma sacanagem desde o começo. Como me recusei a assinar o contrato porque eles queriam pagar metade do prometido, a polícia política de Portugal me visitou no hotel e falou sobre uma suposta atuação subversiva minha no Brasil. Havia uma troca de informações dos militares dos dois países”, lembra.

Afastado da equipe e com o passaporte retido, Nando recorreu ao jogador português Eusébio e ao empresário para tentar voltar ao Brasil. “Você imagina, eu tinha só 22 anos e não parava de chorar. Eram muitas ameaças e pressão. O Eusébio me ajudou demais”. Nando conseguiu sair da Europa ainda em 68.

De volta ao Brasil, o jogador foi preterido por diversos clubes e decidiu encerrar a carreira em 1972, após um retorno em 70 a Portugal para jogar no Gil Vicente, onde sofreu com problemas de contusões seguidos.

“Enquanto eu estava lá, cortaram o Zico da seleção olímpica”, destaca. Nando, que chegou a ser detido pela ditadura brasileira, foi reintegrado ao Ministério da Educação em 1988. **(MR)**

Perseguido politicamente, Nando foi o primeiro esportista a ser anistiado

“Fatos eram tratados como fantasiosos”

Conselheiro da Comissão de Anistia, Mário Albuquerque foi um dos responsáveis pelo processo de Nando. Segundo ele, outros atletas vítimas da ditadura podem não ter a mesma sorte. “A história só veio à baila porque eu estava no lugar certo na hora certa. Chamou-me a atenção o caso inédito de um ex-jogador requerendo anistia por perseguição política”, revela.

Para o diretor de marketing do Centro Cultural do Ceará Sporting Club, Guilherme Rodrigues, ao resgatar a história de Nando, alguns episódios deixaram de ser tratados como “fantasiosos ou como anedotas. Muita gente achava que era exagero”, diz Rodrigues. **(MR)**



Gol. Nando, com a camisa 8 do Madureira, toca para fazer o único gol da vitória sobre o Fluminense, no Carioca de 67



1970, a Copa que não acabou

Militares se infiltraram na comissão técnica da seleção sob o pretexto de não repetir o fracasso do Mundial anterior

■ THIAGO NOGUEIRA

■ A campanha vitoriosa da Copa de 1970, no México, oculta ainda hoje os bastidores daquela conquista durante um dos anos mais cruéis da ditadura brasileira. Em meio à euforia antes do torneio despertada por uma das melhores seleções de todos os tempos, a bandeira ufanista e desenvolvimentista hasteada pelos militares sustentava também uma forte repressão.

“Existia a ideia de um crescimento vertiginoso no país, com grandes obras. Essa questão refletia no campo do esporte”, destaca o historiador Euclides de Freitas Couto, da Universidade Federal de São João del Rei. Nessa linha, destaca, a seleção, “uma paixão de 90 milhões de brasileiros”, era a melhor aposta para a promoção do governo.

Quatro anos antes, o Brasil havia feito uma campanha pífia na Copa da Inglaterra. O fracasso foi o argumento dos militares para uma intervenção no esporte, por meio da convocação dos profissionais da Escola de Educação Física do Exército. Calçados pelo Ato Institucional Número Cinco (AI-5) – publicado em 1968 pelo ex-presidente Artur da Costa e Silva –, os generais entraram de vez no futebol.

A interferência mais direta do regime aconteceu às vésperas do Mundial, com a demissão do técnico João Saldanha. Filiado ao Partido Comunista, Saldanha já estaria sendo considerado carta fora do baralho com a posse na Presidência do general Emílio Garrastazu Médici, em outubro de 69. “Quando o Médici assumiu, eu já sabia. Eu ia cair. [...] O Médici era rancoroso, o maior assassino da história do Brasil”, atacou o treinador em entrevista ao programa “Roda Viva”, da TV Cultura, em 87.

A demissão de Saldanha ocorreu em março de 1970, após uma série de desgastes dentro e fora do campo. O último deles foi a recusa em convocar Dario, do Atlético-MG, de quem Médici seria fã. Questionado sobre o fato após um jogo em Porto Alegre, o treinador disparou: “Ele (Médici) escala o ministério, e eu escalo a seleção”.

“Essa frase foi fundamental para sua saída. Aquilo era inad-



Polêmica. Saldanha foi acusado de tentar barrar Pelé; treinador sempre negou versão, defendida por parte da imprensa

João Saldanha representava um risco para a ditadura; recusa em convocar Dario foi o estopim para sua saída

missível. Os problemas físicos e extracampo do Pelé também serviram de pretexto para desmoralizá-lo”, afirma o escritor Carlos Vilarinho, autor do livro “Quem derrubou João Saldanha”.

Os problemas com Pelé, citados por Vilarinho, foram levantados por parte da imprensa na época. O treinador teria ameaçado deixar o camisa 10 de fora por uma deficiência visual. “Isso nunca existiu”, repetia Saldanha, referindo-se também à polêmica com Dadá apenas como um estopim. No lugar de Saldanha, assumiu Zagallo. Ele levou Dario para o México.

“O João Havelange falava: ‘Pelo amor de Deus, chama o Dario para ficarmos bem com os homens’. Disse: ‘João, quanto mais você se abaixar, mais eles vão deitar’”

João Saldanha

Ex-técnico da seleção, em entrevista em 1987

Outro lado

Para Zagallo, técnico cavou a sua demissão

+ Mesmo depois de quatro décadas, a pecha de terem sido coniventes ou beneficiados com a pressão dos militares para a saída de João Saldanha ainda assombra Zagallo e Dario. “Me chateia falarem que foi o presidente que escalou o Dadá. Ninguém fala que o Dadá foi o melhor. Quem escuta a história e não sabe a verdade denigre o Dadá”, defende-se o folclórico atacante.

Mais irritado, Zagallo ainda se altera ao relembrar dos episódios da Copa de 70. “Sempre dizem por aí que foi o Médici quem determinou a convocação do Dario. E quem escreveu essa crônica foi o próprio João Saldanha”, retruca o treinador, atribuindo ao técnico comunista a responsabilidade por sua própria demissão. Segundo ele, Saldanha “cavou sua saída”.

Zagallo garante ter tido autonomia o tempo todo, sem influência militar em relação à lista de convocação. (TN)



Trio mineiro. Dirceu Lopes (E), Piazza e Tostão; só o primeiro viu a Copa pela televisão

“Aquele fato quase acabou com a minha carreira. O João Saldanha falava para todos que eu era o jogador mais importante da seleção. Com a demissão dele, o jogador mais importante passou a ser o menos importante”

Dirceu Lopes

Ex-meia do Cruzeiro e da seleção brasileira

Dirceu Lopes ainda reclama de “decisão injusta”

■ Meio-campista cruzeirense nas décadas de 60 e 70, Dirceu Lopes era uma das unanimidades das “Feras do Saldanha” – como ficou conhecida a seleção durante as Eliminatórias do Mundial do México.

Mesmo assim, após a demissão de João Saldanha e a entrada de Zagallo, o jogador não voltou a figu-

rar nas convocações seguintes. “Fui injustiçado por um ato da ditadura militar”, remói o ex-jogador, hoje lembrado como o maior ídolo do Cruzeiro ao lado de Tostão. Zagallo ainda sustenta a saída de Dirceu como uma opção técnica em razão do grande número de jogadores para aquela posição.

“Para se ter uma ideia, o Rogério, ponta-direita do Botafogo, sentiu uma distensão na virilha. Naquela época, isso significava seis meses parado. Ele foi com distensão, e me deixaram para trás”, contesta Dirceu. Ele e Zagallo já se encontram após o episódio. “Nunca tocamos no assunto”, diz. (TN)



No embalo do tri, futebol e repressão

“Eu sou técnico de futebol; o lado da ditadura eu não falo, não é do meu alcance. O meu problema era dentro das quatro linhas”

Zagallo

Depois da Copa 70, o esporte virou prioridade para manter o regime e ocultar arbitrariedades; estádios ficavam lotados

THIAGO NOGUEIRA

O governo militar soube aproveitar o êxtase difundido por todo o Brasil após a conquista da Copa do Mundo do México, em 1970. O país vivia o ápice do “milagre econômico” e a propaganda institucional vendia um país em franca expansão. Por outro lado, o período entre 1970 e 1974 é considerado o de maior truculência contra os movimentos de esquerda, inclusive com o fim da Guerrilha do Araguaia.

Treinador da seleção nos mundiais do México e da Alemanha (74), Mario Jorge Lobo Zagallo não comenta hoje o paralelo entre a divulgação da ideologia da ditadura e o esporte naquele período. “Eu sou técnico de futebol; o lado da ditadura eu não falo, não é do meu alcance. O meu problema era dentro das quatro linhas”, esquiva-se o treinador.

Em 1974, porém, o Brasil não manteve o ritmo no futebol, a seleção de Zagallo foi eliminada da Copa da Alemanha, e o país também iniciava um período de recessão econômica. João Havelange deixou a presidência da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) – atual CBF – um ano depois e, em seu lugar, assumiu o almirante Heleno Nunes. Com a mudança, os campeonatos nacionais passaram a ter mais clubes de todas as regiões

do país e jogos quase diários.

O Brasileirão de 1977 chegou à marca de 62 clubes e só acabou no ano seguinte. “A ideia era vender a integração nacional através do futebol”, analisa o jornalista esportivo Juca Kfourri. Ele lembra do bordão para ironizar o campeonato de 1979, quando a CBD, do almirante Heleno Nunes, promoveu um torneio ainda maior, com 94 equipes. “Se a Arena vai mal, mais um time no nacional”, recorda, se referindo à Aliança Renovadora Nacional, partido criado em 1965 para dar sustentação ao regime militar.

A elevação do futebol como principal distração da população levou 35 milhões de torcedores aos campos nos cinco últimos campeonatos brasileiros da década de 70.

MILITARIZAÇÃO. Se para o público o clima era de festa, dentro dos clubes e na comissão técnica da seleção havia um endurecimento de regras com a invasão de militares via CBD. Os modelos de treinamento físico e técnico, a medicina esportiva, a nutrição e a preparação psicológica foram conceitos introduzidos naquele período.

“Paralelamente à especialização dos profissionais ligados ao futebol, o crescente enrijecimento das regras disciplinares, invadindo até a vida do jogador, incentivou práticas autoritárias desde a seleção até a concentração dos clubes”, analisa o historiador Euclides Couto, autor do artigo “A esquerda contra-ataca: rebeldia e contestação no futebol brasileiro (1970 a 1978)”.



Querido. Gols de Dario encantavam torcedores e Médici



Década de 70. Zagallo treinou a seleção em dois mundiais

Intervenção. Almirante assumiu o comando da CBD

35 milhões

de torcedores foram aos estádios nos cinco últimos Nacionais da década de 70

Rebeldes

A série “Quando a Ditadura entrou em Campo” traz amanhã relatos de Reinaldo e Afonsinho

“Você tinha a integração nacional através do futebol. Havia o bordão: se a Arena (Aliança Renovadora Nacional) vai mal, mais um time no nacional”

Juca Kfourri
Jornalista

Sem dinheiro

Campeões não terão direito a indenização

Os campeões de 1970 não serão indenizados, como previa um projeto de lei encaminhado pelo Executivo ao Congresso em 2010. Com a aprovação da Lei Geral da Copa, a proposta foi considerada prejudicada, segundo requerimento da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados publicado no dia 14 do mês passado.

Capitão do tri, Carlos Alberto Torres defendia o benefício por considerar os atletas como verdadeiros heróis da pátria. Ex-companheiro de time, Tostão se manifestou publicamente contrário ao projeto. Os dois trocaram farpas na imprensa.

A lei concederia um prêmio de R\$ 100 mil a todos os atletas, não só os de 1970, mas também os de 1958 e 1962, além de um auxílio especial mensal. “Não é justo um país com 190 milhões (de habitantes) não permitir que os poucos que conseguiram enaltecer a alma de nossa gente ao mundo mereçam o reconhecimento”, justificou o ex-presidente Lula, à época. (TN)

Mimos

Recepção. Depois de desfilarem em carro aberto por Brasília, os campeões de 1970 foram recebidos pelo presidente Médici. Ele fez questão de erguer a taça Jules Rimet.

Presente. Com a permissão da Câmara de Vereadores, o então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, presenteou cada jogador brasileiro com um fusca, o carro da moda na época. Maluf foi investigado por ter usado dinheiro público na compra, mas, em 2006, o político foi inocentado pelo Supremo Tribunal Federal.

Vitrine. Antes de sair para o México, jogadores se encontram com Médici





Atacante pedia a volta dos militares para os quartéis e a restauração da democracia; gesto em campo era protesto

■ MURILO ROCHA

■ Artilheiro do Campeonato Brasileiro de 1977, o jovem atacante Reinaldo, então com 20 anos, chegou às vésperas da Copa do Mundo de 78, na Argentina, como a maior aposta de gols da equipe comandada por Cláudio Coutinho. O mineiro de Ponte Nova, apelidado de Rei pela torcida do Atlético-MG, também chamava a atenção da cúpula do regime militar. Em entrevista ao semanário alternativo "Movimento", em 1976, Reinaldo causou polêmica ao defender a volta dos militares para os quartéis e a restauração da democracia com a anistia aos presos políticos.

O atacante já havia adotado um gesto de protesto, inspirado em atletas norte-americanos, para comemorar seus gols. Levantava apenas o braço direito e cerrava os punhos. "Era um gesto revolucionário. Eu convivia com pessoas como Frei Betto e o Fernando Brant (músico)", conta.

A resposta ao jogador veio na despedida da seleção no Palácio Piratini, em Porto Alegre, antes da viagem para o Mundial da Argentina. "Fui levado sozinho para a sala onde estava o general Geisel (então presidente do

país). Ele disse: 'Esse é o menino'. E continuou: 'Menino, não mexe com política. Joga futebol e deixa a política para nós'. Eu fiquei assustado e falei 'sim senhor, general'", revela.

A ordem de Geisel foi descumprida logo na estreia da seleção, em Mar del Plata, no dia 3 de junho. Ao fazer o primeiro gol da equipe no empate contra a Suécia, Reinaldo correu e repetiu o gesto. No jogo seguinte, contra a Espanha, outro empate. "Aí o almirante Heleno Nunes, presidente da CBD (Confederação Brasileira de Desportos), pegou um avião para lá e convocou uma reunião. Ele sacou eu e o Zico do time. Foi uma intervenção direta", reclama o camisa 9.

Segundo Reinaldo, além da pressão interna, o clima na Argentina, também sob um regime militar, era ruim. "Estávamos todos amedrontados. Era aquela história de forças ocultas. Cachorro e tiros durante a noite perto do hotel em Mendoza", recorda.

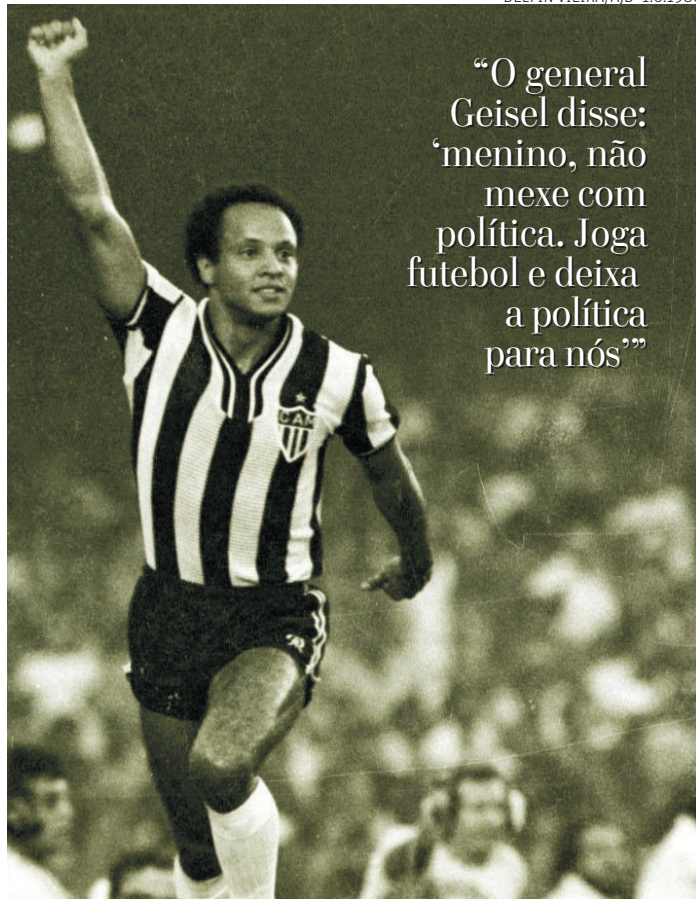
O Brasil foi eliminado do torneio no critério de saldo de gols, após a Argentina golear o Peru por 6 a 0. A equipe peruana foi acusada de 'vender' o resultado.

O rei e o general

À margem

Trajetória de gols, contusões e polêmicas

DELFIN VIEIRA/AJB - 1.6.1980



"O general Geisel disse: 'menino, não mexe com política. Joga futebol e deixa a política para nós'"

Protesto. A cada gol, o atacante erguia o braço direito com o punho cerrado

+ O talento de José Reinaldo Lima nunca foi proporcional ao destino reservado para ele dentro do futebol. É o principal artilheiro da história do Atlético, 255 gols, detém ainda hoje a maior média de gols em um campeonato brasileiro (1,55 por jogo), e balançou as redes pela seleção 14 vezes em 37 partidas. Os números ganham mais força porque foram acumulados em uma trajetória curta, dos 16 aos 31 anos, sendo boa parte dela sofrendo com as inúmeras contusões no joelho, vítima das botinadas dos marcadores.

"As posições políticas também me custaram um preço. Tive prejuízos. Quando voltei da Argentina, parte da imprensa começou uma campanha de desmoralização contra o ídolo que eu era. Um jornalista reacionário e filho da puta começou a falar que eu era bicha e bebereão", ataca o ex-jogador.

Reinaldo diz ter consciência de que seu sofrimento com a ditadura foi pequeno em relação a militantes políticos mortos e torturados. "Eu usava o futebol como uma tribuna, e os militares não podiam me atingir fisicamente. Seria um tiro no pé".

Reinaldo foi pressionado por Geisel; Afonsinho sofreu boicote no Botafogo

ARQUIVO PESSOAL



Mudança. Afonsinho (ao centro e agachado) foi para o Santos em 72

Afonsinho era estudante universitário e passou a ser visto como um rebelde dentro do futebol brasileiro

■ Entre os anos de 1965 e 70, Afonsinho viveu uma jornada dupla. Dividia os dias entre a faculdade de medicina e o futebol, primeiro no XV de Jaú e depois no Botafogo. No Rio, o jovem universitário se destacava no esporte e entrava na vida política, participando de reuniões com militantes de esquerda e de atos contra a ditadura.

"Eu fiquei exatamente em uma fronteira, de certa forma, protegido de uma repressão mais forte pela visibilidade do esporte. Colegas meus foram presos e torturados. Quando eu estava chegando (no restaurante Calabouço), o Edson foi assassinado", conta, lembrando a morte do estudante Edson Luís pela Polícia Militar em março de 68, durante uma manifestação de estudantes no centro do Rio.

A repressão militar, de acordo com Afonsinho, chegou nos clubes, justamente, no final da

Cabeludo bom de bola

década de 60. O meia de toque refinado, camisa 8 do Botafogo, cita a rigidez no cotidiano das equipes. "Começou com a introdução de contratos padronizados, prevendo as concentrações prolongadas e internação obrigatória na enfermagem do clube em caso de lesões. E eu senti o bafo próximo da ditadura por ser universitário", relata.

O primeiro problema direto sentido por Afonsinho foi a "prisão" imposta a ele pela diretoria do clube carioca. Mesmo tendo oferta para jogar em outras equipes, o Botafogo se recusava a liberar o jogador no fim de 69 e início de 70, quando já estava sendo boicotado no time alvinegro. "Eu estava me destacando e tinha várias propostas para sair, mas aí começaram os desgastes. O Zagallo havia acabado de retornar do México como cam-

peão da Copa do Mundo; ele estava por cima da carne seca. Me escalava como ponta, mesmo eu sendo um meia, e depois me tirava com 15 minutos de jogo. Estava me queimando", critica.

Ainda, em 70, o treinador, com o apoio da diretoria do clube, intimou Afonsinho a cortar a barba e o cabelo. A alegação era o visual não condizente com o esporte. "O Zagallo me chamou no canto e disse que eu parecia mais um cantor de iê, iê, iê. Que eu estava diferente do resto do grupo. Eu briguei com ele, fui proibido de treinar e afastado pela diretoria. Eu só queria jogar bola e fiquei arrasado".

Em 1971, após um inédito processo na Justiça, Afonsinho foi o primeiro jogador brasileiro a ganhar o direito de ser dono do próprio passe. Ele transferiu-se para o Santos, (MR)

Atleta ganhou música de Gil

■ Mesmo jogando no Santos e depois em outros clubes brasileiros, como América-MG, Madureira (RJ) e Fluminense, Afonsinho foi durante muito tempo visto como uma espécie de maldito do futebol nacional. "Há anotações e fotos minhas nos arquivos dos órgãos de repressão, inclusive, em Santos", diz.

Artistas e militantes de esquerda saíram em defesa do atleta na ocasião. Gilberto Gil dedicou a música "Meio-de-Campo" ao jogador. A canção, de 1973, ainda hoje é conhecida pelo seu primeiro verso: "Prezado amigo Afonsinho".

"Foi uma força, um recado do Gil para eu continuar. Eu não me arrependo de nada, mesmo muitos achando que eu podia ter chegado à seleção se não fosse o meu posicionamento", avalia. (MR)

Osvaldão

"Quando a ditadura entrou em campo" conta amanhã a história do pugilista que deixou o ringue para lutar na Guerrilha do Araguaia.



Nocauteado no Araguaia

Boxista Osvaldão tem um capítulo à parte na luta contra a ditadura; ele saiu do esporte para ingressar na lutar armada no país

■ LARISSA ARANTES

■ “Estou indo conhecer o Brasil”. Essa foi a última frase ouvida pela família de Osvaldo Orlando da Costa, o boxeador Osvaldão, quando deixou a praia de Caraguatubá, no litoral paulista, para se juntar ao grupo de guerrilheiros que iria enfrentar a ditadura militar às margens do rio Araguaia, na divisa dos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, três anos após o golpe, em 1967.

A despedida foi organizada na casa de uma das tias que morava em São Paulo, pois a cidade-natal de Osvaldão, a mineira Passa Quatro, já havia se tornado alvo dos agentes da repressão, e o nome do caçula de dez irmãos passou a ser de menção rara entre os familiares. “Meu avô escondeu tudo o que era dele. Havia um porão na nossa casa, e todas as coisas do tio Osvaldo foram para lá”, lembra uma das sobrinhas do atleta, Maria Rita Orlando Ferreira.

Ainda novo, Osvaldão deixou Minas Gerais para viver no Rio de Janeiro, onde se consagrou como atleta, em especial no boxe. Foi campeão na categoria peso-pesado pelo Botafogo. Além da luta, ele também se destacou no basquete, no remo e no arremesso de peso. Mesmo com o reconhecimento no esporte, os ideais comunistas ouvidos no bar de um dos irmãos durante a infância falaram mais alto. O mineiro não só se filiou ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), como decidiu pegar em armas para derrubar os militares.

A opção pela ideologia socialista também foi consolidada quando o atleta deixou o Brasil por alguns anos para estudar engenharia de minas em Praga, na extinta Tchecoslováquia. O país viveu sob forte influência do comunismo, principalmente a partir do ano de 1948.

“Ele saiu de Passa Quatro e entrou para a história desse país e se tornou um líder, um guerrilheiro que queria a mudança da sociedade”, enfatiza outra sobrinha, Maria Cristina Orlando. Ela reúne, há alguns anos, registros da vida de Osvaldão para montar a história do tio ao qual se refere como sendo “um mito para a própria família”. “Ficou uma lacuna, e quem poderia nos contar com detalhes já morreu”, explica Cristina sobre a dificuldade de reunir informações verdadeiras que remontem os passos em vida do tio.

Os poucos relatos sobre a trajetória do boxeador dão conta de que ele foi um dos primeiros militantes do PCdoB a chegar à região do Araguaia e, além do objetivo de combater o regime com armas, desejava implantar um novo conceito de sociedade baseada no respeito e na interação com o homem do cam-

po. Ele foi comandante do Destacamento B, um dos grupos de batalha dos militantes, e participou de vários combates.

Osvaldão viveu pelo menos sete anos no Norte do país e morreu em 1974. A família conta que ele teria sido morto a tiros, seu corpo queimado e jogado em uma vala. Os pais do atleta morreram sem poder enterrar o filho. Até hoje, os restos mortais do boxeador-guerrilheiro não foram encontrados. Forte e inteligente, ele assustava os militares e fascinava os moradores da região, onde se transformou em um mito.



ILUSTRAÇÃO: ACIR GALVÃO

“Ele saiu de Passa Quatro e entrou para a história, se tornou um líder. Queria a mudança da sociedade”

Maria Cristina
Sobrinha de Osvaldão

Esperança

Família ainda espera o corpo para enterro

⊕ A família de Osvaldão ainda tem esperanças de que os restos mortais do boxeador sejam encontrados na região do Araguaia. “A gente ainda tem o desejo de enterrar o tio Osvaldo”, afirma Maria Cristina Orlando. Ela conta que o enterro já tem um local definido, em Passa Quatro. “Não é que exista um túmulo esperando por ele, é porque já existem os dos meus dois avós (pais do atleta)”, explica a sobrinha. Segunda ela, por causa disso, muitas pessoas acreditam que a família já tem tudo preparado para enterrá-lo, o que não é verdade.

De acordo com a presidente do grupo Tortura Nunca Mais, do Rio, Vitória Grabois, a dificuldade em encontrar os corpos de militantes no Norte do país ocorre porque só houve enterro de mortos até 1972, e a guerrilha durou até 1975. O conselheiro da Comissão de Anistia, Nilmário Miranda, explica ainda que, em casos como o do boxeador, a família precisa entrar com um processo para receber o atestado de morte presumida para comprovar o vínculo da família com a vítima. (LA)

Pugilista tinha formação universitária e era militante do partido comunista

163

brasileiros ainda estão oficialmente desaparecidos, em um universo de 475 mortos durante os anos de 1964 a 85.

1972

Sob o comando de Osvaldão, os guerrilheiros impuseram uma derrota às tropas de Exército. O boxeador começou a ser considerado imortal.

► **Democracia Já**

A série “Quando a ditadura entrou em campo” conta amanhã a história da chamada Democracia Corintiana, uma ação política dentro do esporte.



Uma das poucas fotos de Osvaldão; ele virou um mito no Araguaia

Osvaldão é o único esportista na lista de não encontrados

■ O país ainda carrega o peso de ter 163 brasileiros desaparecidos durante o regime militar, em um universo de 475 mortos nos anos de chumbo. E Osvaldão é o único atleta mineiro a constar na lista de não encontrados, de acordo com informações do Grupo Tortura Nunca Mais, e muito provavelmente o único esportista do país, segundo o conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Nilmário Miranda. A comissão é um colegiado criado pelo governo federal em 2001 para reparar os danos causados aos militantes que foram perseguidos. “A maior parte das reparações é de natureza ética e moral. O presidente da comissão pede desculpas em nome do país por tudo que o Estado fez e agradece a ele (a vítima) por ter lutado contra a tirania e ter colocado sua própria vida em risco”, explica. (LA)



Contra-ataque em preto e branco

Sócrates, Wladimir e Casagrande desafiaram os tabus do futebol e ainda ajudaram a sepultar a ditadura

■ THIAGO NOGUEIRA

■ “Ganhar ou perder, mas sempre com democracia”. O lema en-

campado por atletas e dirigentes do Corinthians no início da década de 80 ainda hoje é um marco dentro e fora do esporte. Com o regime militar já agonizando, os jogadores do segundo clube mais popular do país decidiram implantar a Democracia Corinthiana. A ação tinha o objetivo de atacar em duas frentes: aumentar o poder de decisão dos esportistas dentro da equipe, como por exemplo, a duração

das concentrações, e apoiar a redemocratização do país, sepultando a ditadura.

“Ela surge no auge da política de distensão lenta e gradual do governo Geisel, quando já tínhamos eleições para governador do Estado, com uma vitória acachapante da oposição. A Democracia Corinthiana nasce da mesma semente da campanha das Diretas Já”, avalia o jornalista Juca Kfourri.

A ideia era dar voz a todos dentro do clube. As opiniões de craques como Sócrates, Wladimir e Casagrande tinham o mesmo peso das propostas de atletas reservas e de funcionários. O espírito do grupo logo foi aglutinado às lideranças em prol da abertura política. “Ali, nós estávamos discutindo o país sob a ótica do futebol, com a linguagem que era acessível”, contou o meia Só-

crates, único jogador de seleção daquele time, em depoimento ao documentário “Ser Campeão é Detalhe”. Ele morreu em dezembro do ano passado.

Em meio a atletas politizados, ações de marketing do publicitário Washington Olivetto e o incentivo do sociólogo e então novo diretor Adilson Monteiro Alves, considerado o pai da Democracia Corinthiana, a equipe paulista seduziu o país e ganhou popularidade.

“O que fizemos teve influência primeiro na torcida do Corinthians, depois, no futebol, depois, na opinião pública. Passamos a agir, participamos das Diretas Já, vestimos de amarelo. A gente podia ajudar e ajudamos”, destaca Adilson Monteiro.



REPRODUÇÃO

Fusão. Na casa de Suplicy, em 85, o então candidato à prefeitura de São Paulo, pelo PT de Lula, pede o apoio de Sócrates e do diretor do Timão Adilson Monteiro

3

anos durou a Democracia Corinthiana; no período o Timão ganhou os Paulistas de 82 e 83

“Nós tínhamos um grupo que pensava alguma coisa diferente do padrão. Não tínhamos a sensação de criar uma revolução”

Sócrates

Meia do Corinthians nas décadas de 70 e 80

Resultados

Ação rendeu títulos em campo e votos nas eleições

➕ A Democracia Corinthiana era regida por uma ideologia participativa na qual o voto era tão importante quanto o gol na final do campeonato. Tudo era decidido com base na vontade da maioria de todos aqueles que faziam parte do clube: jogadores, dirigentes e demais colaboradores.

Apesar de ter sido encarada com certa desconfiança – já que afrontava princípios incorporados pela ditadura militar entre 1964 e 1985 –, a nova filosofia resultou no sucesso da equipe de 1982. O técnico Mário Travaglini conseguiu levar o time às semifinais do Brasileiro e conquistou o campeonato paulista naquele ano.

Meses antes, o Corinthians chegou a ser rebaixado na disputa nacional pela péssima campanha feita. O Timão ficou em oitavo lugar no campeonato paulista. Naquela época, os resultados dos jogos estaduais determina-

vam o futuro dos times em nível nacional.

Dentre outras medidas democráticas adotadas, uma curiosidade: os jogadores que eram casados foram liberados dos períodos de concentração comuns antes de grandes jogos ou longas disputas.

Mesmo com a adesão de grande parte dos corinthianos, pelo menos dois deles não teriam apoiado o novo regime do time: o goleiro Leão e Vicente Mateus, um dos dirigentes do clube. O cartola foi presidente por muito tempo e deixou o cargo quando a Democracia Corinthiana passou a vigorar.

Como consequência da ideologia revolucionária para o esporte, o universo político acabou despertando o interesse de muitos do grupo. Ex-jogadores e dirigentes se tornaram vereadores, deputados ou passaram a apoiar candidatos nas eleições. (Larissa Arantes e TN)

Democracia Corinthiana extrapolou o esporte e ganhou as ruas do país se transformando em uma ação política

ANTÔNIO LÚCIO/AE - 1.11.1982



Sócrates, com a tradicional camisa 8, usa o futebol para mobilizar os eleitores

“O que fizemos teve influência primeiro na torcida do Corinthians, depois, no futebol, depois, na opinião pública. Passamos a agir, participamos das Diretas Já, vestimos de amarelo”

Adilson Monteiro

ex-dirigente do Timão

► Nova geração

A última reportagem da série “Quando a ditadura entrou em campo” mostra amanhã como o esporte foi usado para salvar um herdeiro da dor do regime.



Quando o esporte venceu a ditadura

Maratonista só andou aos 6 anos, em razão de problemas vivenciados pela mãe, torturada grávida por policiais

■ LARISSA ARANTES

Reinaldo e Afonsinho foram boicotados da seleção brasileira. Osvaldo morreu na Guerrilha do Araguaia. Nando foi perseguido pelo regime e se calou para não prejudicar a carreira dos irmãos, entre eles, Zico. O maratonista Carlos de Almeida Duarte Corrêa, 42, precisou de oito horas diárias de fisioterapia durante oito anos para conseguir andar. Todos eles – e um time de anônimos cujas histórias ainda são pouco conhecidas – foram vítimas da ditadura. O último, porém, não teve nem como se defender da brutalidade dos atos do governo militar – entre os anos de 1964 e 1985.

Carlos nasceu com paralisia cerebral causada por uma má oxigenação quando ainda estava na barriga da mãe. Márcia de Almeida Duarte Corrêa foi torturada por agentes da repressão em 1969, quando estava grávida de três meses do filho. O trauma provocado pelos momentos de horror e o medo de morrer prejudicaram o feto. “Foram horas de tortura mesmo, você acha que não vai sair vivo de lá. Mas eu pensava: ‘se eu não sair com vida, pelo menos eu lutei por ela’”, relembra Márcia, ainda emocionada.

O filho nasceu e, aos 6 anos de idade, não conseguia fazer nada sozinho, nem mesmo andar. “Você vai fazer só uma série dessa, Caco (apelido dado ao menino). Só uma série de mil repetições”, conta Carlos, hoje maratonista, ao se lembrar do primeiro encontro com a fisioterapeuta, a quem ele chama de “anjo”. A série de exercícios consistia em caminhar 30 metros em linha reta e voltar sem cair. “Caiu no chão, levanta!”, diverte-se, ao se recordar as frases ouvidas quando perdia o equilíbrio e caía. E ele levantava rapidamente, pois, se demorasse, precisava começar tudo do zero. Um dia, caiu na 400ª vez. Com o joelho em carne viva, foi liberado para voltar para casa, sob condição de tentar no dia seguinte.

Assim, seguiu por oito anos, e nem nos fins de semana, era poupado. Três deles passava com a fisioterapeuta, e apenas um, com a família. No dia em que recebeu alta, o teste do futuro maratonista foi se aprontar para a escola sem a ajuda de ninguém. “Jamais me-

nospreze essa pessoa”, disse a médica para Márcia. Ele, então, decidiu usar o esporte para superar seu trauma e de toda a família.

VITÓRIAS. Aos 14 anos, Carlos passou a ser guiado por outro “anjo”. Seu pai, André, já praticava esportes e o incentivou a começar a correr. “Você é uma máquina de correr, Caco”, repetia o pai várias vezes, durante os 50 quilômetros que percorreram juntos em uma ultra-maratona. Ele se preparou durante um ano para a prova. Correu 2.600 quilômetros e gastou oito pares de tênis – a pisada ainda um pouco torta desgastava mais os sapatos.

Caco tem hoje sete maratonas concluídas, além da ultramaratona realizada em 2005. A sua meta agora é fazer uma prova em menos de três horas. “Se eu corresse em uma categoria especial, eu já estaria nas Paralimpíadas”, afirma. Porém, nunca foi seu desejo ter condições especiais para praticar o esporte. Ele inicia a corrida antes do amanhecer e treina pelo menos duas horas por dia. Mesmo depois de quatro anos da morte do pai, os gritos de incentivo dele ainda são o maior estímulo.

Caco, 42, já correu sete maratonas e também uma ultramaratona; ele nasceu com paralisia cerebral



CHARLES SILVA DUARTE

Justiça

Carlos é o primeiro ‘feto’ indenizado

➕ Carlos é o primeiro caso de vítima de tortura antes de nascer indenizada pelo Estado de Minas Gerais por ter sofrido traumas durante a ditadura militar. O valor de R\$ 30 mil foi pago pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (Conedh-MG), por meio da Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura. Os pais, Márcia e André, também foram indenizados pelo que passaram em 1969.

A reparação às vítimas do regime foi garantida por meio de uma lei estadual de 1999, assinada pelo então governador de Minas, Itamar Franco, e prevê ressarcimentos entre R\$ 5.000 e R\$ 30 mil. O prazo para a solicitação de indenizações foi reaberto no ano passado. Depois disso, não houve nova convocação. De acordo com o presidente do conselho, Emílio José Lacerda, é preciso haver uma nova lei estadual para que outros mineiros possam entrar com novos processos na comissão estadual.

Criado em 2001, o conselho já recebeu 1.055 pedidos de reparação. Ao todo, 528 mineiros receberam indenizações, 76 aguardam a análise e outros 402 processos foram indeferidos pelo órgão. A maioria, por perda de prazo. **(LA)**

Violência do regime militar deixou sequelas em mais de uma geração

SAMUEL AGUIAR



Márcia ainda chora ao lembrar do terror vivido em delegacia em 1969

Covardia

Após horas de tortura, polícia admitiu ter confundido casal

➕ A história da família de Caco é ainda mais surpreendente quando são detalhados os fatos ocorridos na madrugada do dia 19 de dezembro de 1969. Os agentes da repressão invadiram o prédio em que Márcia e André moravam, no bairro Barroca, região Oeste de Belo Horizonte. A truculência dos homens, que esmuraram a porta do apartamento, acordou toda a vizinhança. Assim que o pai foi ver o que estava acontecendo e se aproximou da entrada, levou um tiro pouco abaixo do pulmão.

André foi levado para o hospital, e Márcia, grávida, para a delegacia onde ficou por horas sendo interrogada. “Eles queriam que eu assinasse um documento admitindo que eu era subver-

siva, e eu nem sabia o que essa palavra significava”, explicou ela. O casal nunca havia se envolvido em qualquer ação de combate ao regime. Foram confundidos com outras pessoas. “Eles me torturaram psicologicamente, dizendo o que iam fazer comigo e com meu outro filho que estava em casa. Eles sabiam de tudo da minha vida e do meu marido”, relembra.

Até que André se recuperasse, passaram-se seis dias incommunicáveis. Depois de liberados, voltaram para casa, mas continuaram a ser vigiados. A justificativa dos agentes para o acontecimento daquela noite foi a de que a família havia sido vítima de uma coincidência. “Coincidência de quê?”, revolta-se Márcia ainda hoje. **(LA)**